

Reiteradas críticas à Funai

BRASÍLIA (Sucursal) — Em resposta à nota oficial que a Funai divulgou ontem, caracterizando de "levianas" as acusações sobre o envolvimento do órgão com espoliadores de terras no Acre, o Conselho Indigenista Missionário considerou que, "pelo desmentido, fica mais uma vez provada a impotência do órgão de proteção aos índios, pois que fica colocado diante de fatos consumados, ante os quais nada pode fazer."

Segundo fontes credenciadas junto ao CIMI, o índio brasileiro está totalmente indefeso, à mercê de um desenvolvimento que o vem devorando inexoravelmente. "Não há mais neste país a quem responsabilizar quando um projeto da Companhia de Desenvolvimento Novo Oeste ou Califórnia-Agroinfa, ou outra qualquer, se instale em área indígena à revelia da convenção 107, ou mesmo da Constituição", acrescentam os porta-vozes.

INTERROGAÇÕES

Pelo fato da Funai desmentir categoricamente o envolvimento do funcionário Porfírio de Carvalho, que segundo as denúncias é o responsável pela concessão da certidão negativa da presença de índios na região do Alto Ervira, no Acre, o CIMI coloca a seguinte questão: "se o funcionário da Funai no Acre fez o que pôde para impedir os abusos contra o índio, a quem então cabe providenciar a defesa do mesmo?"

Assim sendo, o Cimí revelou, ainda, que "naquela região do Acre, existem empresas em implantação e outras já instaladas, em terras indígenas, utilizando mão-de-obra do índio, à revelia da lei."

"Por outro lado, o funcionário acusado, segundo o Cimí, esteve no último mês de maio na região do Alto Ervira, acompanhado da Polícia Federal, "com a finalidade de prender Pedro Galdino Filho, vulgo Pedro Biló, e ex-instrumento da família Prado para assassinar os índios da região que obstaculavam os trabalhos dos seringais". Atualmente, a família Prado está se associando com uma companhia de seguros para a instalação do Projeto Novo Oeste, informou a entidade.

Dizem os porta-vozes do Cimí que Porfírio de Carvalho viu a movimentação dos empreiteiros e peões na área e nada fez contra os administradores daqueles projetos, apenas tomando providências contra o empregado Pedro Biló. "Porque, então, ele não fez o mesmo com os donos dos projetos?" pergunta o Cimí.

CERTIDÃO NEGATIVA

Quanto ao item da certidão negativa da presença de índios, o Cimí alegou que o fiscal geral do projeto Novo Oeste garantiu aos missionários do Conselho Indigenista que o investimento fora aprovado pela Sudam. Neste caso, como pode ter acontecido tal fato sem a certidão negativa fornecida pela Funai? E, se as firmas não receberam o documento, logo, estão se instalando clandestinamente na área, o que deveria ser do conhecimento de Porfírio Carvalho. Então, por que a Funai não toma providências jurídicas em favor dos índios?" questiona mais uma vez o Cimí.

Concluindo, as fontes do Conselho Indigenista Missionário afirmam que "o desmentido da Funai constituiu-se em uma auto-acusação de conivência ou, na melhor das hipóteses, numa rendição incondicional aos espoliadores do índio acreano. E nesse caso — continuamos as fontes — perguntamos como se pode justificar uma consciência, já não dizemos a nível religioso, mas simplesmente a nível humano, continuando a receber altos salários à custa de um povo oprimido?"